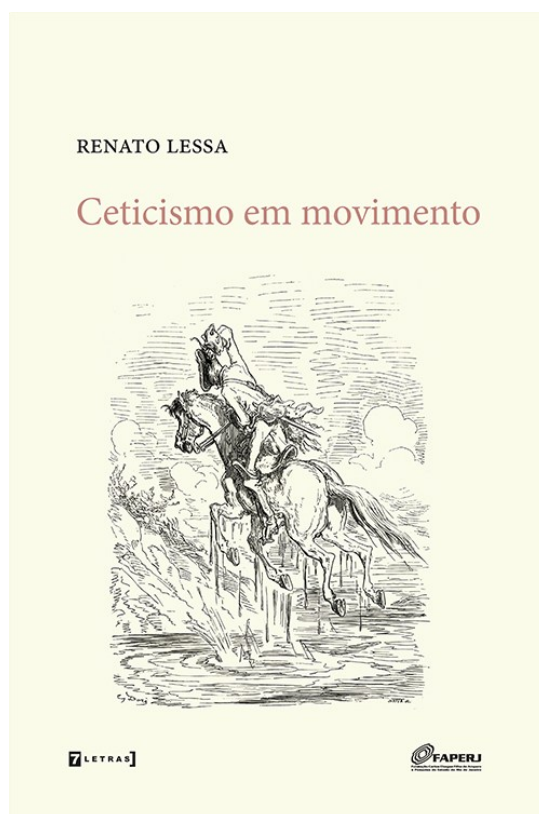


Resenha

Ceticismo em movimento¹

Anna Carolina Velozo Nader Temporãoⁱ
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro



Resumo: Em *Ceticismo em Movimento*, Renato Lessa examina o ceticismo filosófico como um fenômeno dinâmico, articulando suas tradições antigas, variações modernas e desdobramentos contemporâneos. A obra divide-se em três partes: na primeira,

¹ LESSA, Renato. *Ceticismo em movimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2024. 348 p. ISBN 978-65-5905-803-7.

contrasta o pirronismo (focado na ataraxia via suspensão do juízo, epoché) com o ceticismo humeano, que associa a felicidade ao engajamento social e à aceitação das crenças como alicerce ético. A segunda parte analisa pensadores modernos como Montaigne, Bayle e Hume, destacando como expandiram o ceticismo para além da epistemologia, integrando-o à crítica política, à defesa da tolerância religiosa e à compreensão da ordem social como construção contingente. A terceira parte investiga questões contemporâneas, como o silêncio traumático do Holocausto, a relação entre formas de vida (Wittgenstein) e democracia, e o papel da filosofia política na imaginação de alternativas sociais. Lessa defende que o ceticismo, longe de ser uma postura passiva, é uma prática vital que desestabiliza dogmatismos, promove humildade intelectual e sustenta a coexistência plural, ancorando-se no fenomênico e rejeitando abstrações metafísicas. A obra posiciona-se como contribuição essencial para debates sobre ética, política e epistemologia, reafirmando a relevância do ceticismo como ferramenta crítica em um mundo marcado por incertezas.

Palavras-chave: Ceticismo antigo e moderno; ataraxia e felicidade; crítica ao dogmatismo.

Renato Lessa, em *Ceticismo em Movimento* (editora 7Letras) publicado em 2024, oferece uma coletânea de quinze ensaios autônomos que exploram o ceticismo como uma atitude investigativa dinâmica, capaz de transcender os limites do tempo e das tradições filosóficas. O livro possui 348 páginas e está estruturado em quinze capítulos, escritos ao longo de duas décadas e revisados para esta publicação, organizados em três blocos que exploram o ceticismo entre os antigos, os modernos e no século XX que, juntos, formam um texto coeso e profundo. Cada capítulo aborda aspectos específicos do ceticismo, desde suas formulações originárias até suas implicações contemporâneas, com ênfase em autores como Montaigne, Bayle, Hume, Primo Levi e Wittgenstein.

A obra de Renato Lessa combina a precisão do filósofo político com a criatividade do ensaísta, tornando-se relevante tanto para o debate acadêmico quanto para reflexões sobre desafios políticos e culturais do século XXI. O autor propõe uma concepção dinâmica do ceticismo, entendida não como mera negação de certezas dogmáticas, mas como disposição filosófica investigativa que explora a complexidade do mundo e das crenças humanas, promovendo humildade intelectual ao reconhecer os limites do conhecimento (p. 17–19). Para Lessa, essa postura é indispensável à democracia ao combater o dogmatismo e

estimular a tolerância e o pluralismo. Seu diálogo abrange desde pensadores clássicos, como Sexto Empírico e Montaigne, até autores modernos, como Primo Levi e Hans Blumenberg, construindo uma rede intertextual que articula dilemas filosóficos com questões existenciais e políticas contemporâneas.

Em diálogo crítico com obras como *Montaigne em Movimento*, de Jean Starobinski, Lessa amplia a análise do ceticismo além do escopo específico dos *Ensaio*s de Montaigne. Enquanto Starobinski examina a fluidez temática e estrutural da obra montaigniana — explorando temas como amizade, morte e liberdade —, Lessa integra essas reflexões a uma tradição cética mais ampla, que transcende períodos históricos e contextos culturais. Se Starobinski enfatiza a singularidade da escrita fragmentária de Montaigne, Lessa utiliza-a como ponto de partida para investigar o ceticismo como movimento intelectual em constante transformação, cuja vitalidade reside na capacidade de dialogar com problemas filosóficos diversos.

No prefácio intitulado *Por que em movimento?* Lessa define o ceticismo como prática filosófica não doutrinária, que se reinventa ao interagir com sistemas de pensamento contrastantes (p. 17–18), rejeitando a ideia de uma “doutrina cética” estática. O autor destaca a natureza investigativa dos ceticismos, que envolve um movimento de abertura ao externo — “voltando-se para fora de si”, para realidades humanas plurais e contextos culturais em mudança (p. 20). Essa exterioridade, segundo ele, permite ao ceticismo manter relevância frente a transformações epistemológicas e sociais, estimulando reflexão crítica e diálogo baseado na dúvida.

Lessa também analisa o legado do ceticismo moderno, destacando Montaigne como figura central que expandiu o papel da dúvida para além dos debates filosóficos, inserindo-a no âmbito cultural e político. Ao reorientar a dúvida como instrumento de questionamento das convenções sociais, Montaigne contribuiu para a formação de valores modernos como tolerância, liberdade de pensamento e pluralismo, fundamentais para a ciência e a democracia (p. 21–22). Lessa enfatiza que essa tradição não se restringe à desconstrução de certezas, mas engaja-se ativamente com o mundo, valorizando a revisão constante de premissas e o respeito à diversidade de perspectivas. Tal abordagem, argumenta, é crucial em sociedades marcadas por polarizações, ao fomentar empatia e coexistência democrática.

Lessa organizou o livro em quatro partes principais, iniciadas por uma abertura, que corresponde ao capítulo I, seguida pelas partes I, II e III. O capítulo I, *A fábrica das crenças, ou do ceticismo como filosofia da forma de vida dos humanos*, examina a trajetória histórica e conceitual do ceticismo filosófico, desde suas raízes na Grécia Antiga até suas reverberações modernas e contemporâneas. Os céticos antigos — como Pirro, Sexto Empírico, Enesidemo e Agripa — rejeitaram dogmas absolutos, centrando-se na epoché (suspensão do juízo) e na investigação contínua. Seus Modos (como a relatividade perceptiva e a crítica à lógica circular) expuseram a impossibilidade de verdades definitivas, consolidando uma filosofia da dúvida sistemática como caminho para a tranquilidade (ataraxia) e o questionamento perene (p. 31–41).

O texto explora ainda a proposta cética de uma vida sem crenças dogmáticas, guiada por normas naturais, hábitos e costumes ordinários, embora reconheça que, na prática, os céticos acabam por aderir a crenças comuns, ainda que de forma crítica e consciente de sua diversidade (p. 42). A transição para o ceticismo moderno é articulada por meio de Michel de Montaigne, que retoma a variedade de comportamentos humanos e a indeterminação causal na história, ressaltando a ubiquidade das crenças na organização social (p. 43–45). David Hume, por sua vez, redefine a crença como um sentimento natural baseado em hábitos, sustentando a regularidade dos fenômenos e a confiança nos sentidos (p. 46–47).

Na contemporaneidade, o capítulo aborda a visão construtivista de Nelson Goodman, para quem a realidade é moldada por sistemas simbólicos e crenças, destacando a pluralidade de “mundos versionais” (p. 48–49). Por fim, analisa o testemunho de Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, cuja experiência radical de desumanização e dor subverte noções tradicionais de crença. Levi descreve um universo onde as certezas ordinárias são obliteradas, e a dor emerge como único marcador existencial, desafiando a possibilidade de sentido em meio ao absurdo (p. 51–53). Em síntese, o capítulo traça um panorama multifacetado do ceticismo, enfatizando seu papel como crítica contínua ao dogmatismo e sua relevância para compreender a construção — e desconstrução — das crenças humanas ao longo da história.

A Parte I (Trajetos Antigos) examina as raízes do ceticismo, unindo crítica ao dogmatismo (via Modos de Enesidemo e rejeição da causalidade metafísica) e busca da felicidade como ataraxia (tranquilidade pela epoché). Contrastando o pirronismo (foco na paz

interior) com a visão humeana (felicidade nas interações sociais), destaca o potencial construtivo do ceticismo: questionar certezas para renovar reflexões éticas e coletivas.

O capítulo II, *Como pensam os dogmáticos: modos da terapia cética*, examina as estratégias argumentativas desenvolvidas pelos céuticos antigos, em especial os pirrônicos, para contestar as afirmações dogmáticas de universalidade e infalibilidade. Centralizando-se nos *modos* ou *tropos* — padrões de raciocínio destinados a expor a arbitrariedade dos juízos dogmáticos —, o texto destaca seu objetivo principal: induzir a suspensão do juízo (*epoché*), culminando na *ataraxia* (ausência de perturbação), condição associada à felicidade pelos céuticos (p. 57).

A análise inicia-se com a abordagem terapêutica dos céuticos, orientada por uma postura filantrópica que visa “curar” os dogmáticos de suas pretensões infalibilistas. Para isso, destacam-se os *Dez modos de Enesidemo de Cnossos*, que expõem situações de indecidibilidade, conduzindo não apenas a uma crítica epistemológica, mas a uma transformação existencial e moral, ao promover a tranquilidade da alma (p. 57–58). Complementando essa crítica, os *Oito modos de Enesidemo* são apresentados como instrumentos agressivos contra as etiologias dogmáticas, questionando explicações causais baseadas em domínios não evidentes.

O capítulo conclui propondo uma *pars construens* no ceticismo: além de desestabilizar dogmatismos, os modos sugerem um método empírico de investigação causal, baseado em experiências compartilhadas e métodos públicos. Essa abordagem aproxima-se do empirismo, mas enfatiza a humildade epistemológica e a adesão ao fenomênico, rejeitando métodos privados ou esotéricos (p. 70–71). Assim, a terapia cética não só desmonta pretensões absolutas, mas também delineia um caminho para o conhecimento fundado na experiência comum e na aceitação da incerteza.

O capítulo III, *A felicidade dos céuticos: trajetos antigos e modernos*, analisa as concepções de felicidade no ceticismo filosófico, contrastando a vertente pirrônica, sistematizada por Sexto Empírico, com a interpretação moderna de David Hume. O ceticismo pirrônico associa a felicidade (*eudaimonia*) à tranquilidade (*ataraxia*), alcançada por meio da equipolência (*isosthenéia*) e da suspensão do juízo (*epoché*). Segundo o autor, a *ataraxia* surge como consequência não intencional da *epoché* diante de argumentos dogmáticos conflitantes, configurando-se como um estado mental privado de

dessensibilização em relação a crenças absolutas (p. 72–74). No entanto, questiona-se se essa tranquilidade equivale à felicidade plena, já que se limita à imunização contra perturbações específicas, sem abranger uma dimensão existencial mais ampla (p. 76–77).

Em contraste, David Hume desloca a felicidade para o âmbito da moralidade e da vida comum, associando-a não à tranquilidade, mas à perturbação (*taraché*) gerada pela interação social e pelo engajamento no mundo. Para Hume, as crenças, ainda que controversas em sua base, são compulsórias e fundamentais à experiência humana, sendo a felicidade vinculada à sociabilidade, à generosidade e à participação nas práticas ordinárias (p. 89–90). O autor ressalta que, em Hume, a melancolia filosófica é superada pela alegria encontrada na vida cotidiana, enfatizando as paixões sociais e a interdependência humana (p. 90).

O capítulo estabelece um diálogo crítico entre as duas tradições: enquanto o ceticismo antigo busca a *ataraxia* por meio da *epoché* e da *métriopatheia* (moderação nas paixões), Hume defende que a felicidade emerge justamente da perturbação e do envolvimento com os “itens da experiência ordinária” (p. 93). A vertente pirrônica é terapêutica (p. 78), visando curar as perturbações dogmáticas, enquanto Hume reconhece a inevitabilidade das crenças e sua função vital na construção de uma vida ética e socialmente integrada (p. 74–75). Conclui-se que, embora ambas as vertentes compartilhem uma crítica ao dogmatismo, divergem radicalmente em suas concepções de felicidade: a pirrônica privilegia a tranquilidade privada, e a humeana, a perturbação vinculada à interação comunitária.

A Parte II do livro, intitulada *Variações Modernas*, abrange os capítulos do IV ao X, examina como pensadores modernos céticos, como Michel de Montaigne, Pierre Bayle e David Hume, ampliaram o escopo do ceticismo, integrando questões sobre o papel das crenças, teologia política, história não teleológica e a relação entre organização e propósito. Essa seção destaca como o ceticismo moderno não se limita a um exercício meramente filosófico, mas se desdobra em implicações práticas, políticas e existenciais que moldam a compreensão da vida em sociedade.

O capítulo IV, *Variações Montaigne e Bayle: da forma filosófica do ceticismo em política*, explora a relevância do ceticismo na filosofia política moderna, destacando as contribuições de Michel de Montaigne e Pierre Bayle, com base na reavaliação proposta por Richard Popkin em *História do ceticismo*, que situa o ceticismo como disposição filosófica com implicações

morais e políticas, além de crítica ao jusnaturalismo (p. 97). A ordem política é entendida como produto de acidentes, tradições e crenças, rejeitando fundamentos racionais ou metafísicos absolutos (p. 98). A distinção entre *fundação* (práticas contingentes) e *fundamento* (bases transcendentais), proposta por Fernando Gil, orienta a análise cética, que se concentra na observação dos fenômenos políticos sem buscar doutrinas fixas (p. 98). Montaigne e Bayle modernizam o ceticismo antigo, adaptando-o ao contexto das Guerras de Religião, onde a crença emerge como elemento central na vida comum, exigindo protocolos além da *epoché*. O texto refuta a associação entre ceticismo e conservadorismo, argumentando que o cético expressa opiniões falíveis sem abandonar normas ordinárias (p. 100), e explora afinidades com o liberalismo, como a defesa da tolerância por Bayle e da diversidade individual por Mill (p. 102–103). Utilizando os modos de Enesidemo e Agripa, o capítulo descreve o dogmatismo como incapaz de resolver conflitos devido à equipolência de sistemas rivais (p. 105). Montaigne enfatiza a importância das circunstâncias particulares (p. 107–110), enquanto Bayle, em sua metáfora da cidade fragmentária, ilustra a vida social como produto de contingências históricas (p. 111–114). Ambos substituem “operadores de infinito” (verdades eternas) por “operadores de circunstância”, reconhecendo a finitude e a indeterminação como bases para uma política crítica (p. 115–117).

Nos capítulos V a VII, o autor analisa a obra de Pierre Bayle, destacando sua crítica à intolerância religiosa e sua defesa de uma sociabilidade pluralista fundada na liberdade de consciência. No capítulo V, Bayle é apresentado como um pensador que, a partir de sua condição de exilado, combateu a coerção religiosa em obras como o *Commentaire philosophique* (1686), rejeitando a parábola Compelle Intrare e propondo uma “sociabilidade agnóstica” nas *Nouvelles de la République des Lettres*, onde a razão crítica substitui dogmas. No capítulo VI, explora-se seu “combate antropológico” contra a fundamentação teológica da moral: Bayle desmonta a lógica circular da perseguição religiosa e propõe princípios universais como reciprocidade e integridade, baseados na “luz natural”, defendendo a tolerância mesmo para consciências equivocadas, desde que sinceras. Já o capítulo VII examina a metodologia inovadora do *Dicionário histórico e crítico* (1697), a “forma Bayle”, que integra filosofia, história e ficção em narrativas polifônicas, contrastando com o racionalismo cartesiano e antecipando teorias modernas sobre complexidade social. Bayle emerge como um pensador cuja defesa da dúvida, da pluralidade e da autonomia ética

influenciou o Iluminismo crítico, mantendo relevância em debates contemporâneos sobre intolerância e liberdade.

Nos capítulos VIII a X, o autor examina a filosofia de David Hume, destacando seu empirismo radical e sua crítica à metafísica tradicional. No capítulo VIII, analisa-se o Tratado da Natureza Humana (1739–1740), onde Hume aplica o método experimental de Newton à moralidade, substituindo fundamentos metafísicos pela observação da vida cotidiana. Influenciado pelo ceticismo antigo (Sexto Empírico), Montaigne e Bayle, Hume rejeita o racionalismo cartesiano, afirmando que a razão é “escrava das paixões” e que a moralidade se origina no sentimento, não em princípios abstratos (p. 183–184). Seus Ensaios Morais (1741–1777) estendem essa abordagem à prática, combatendo superstições e priorizando o engajamento social em detrimento da busca estoica pela ataraxia. O capítulo IX explora a dualidade metodológica de Hume na política: uma ciência descritiva, que estuda instituições como produtos de hábitos sociais, e uma filosofia abstrata, que investiga o papel da imaginação na criação de conceitos como justiça e propriedade (p. 200–203). Hume redefine a política como “arte conjectural”, enfatizando que as instituições emergem de associações de ideias, não de desígnios racionais, antecipando teorias modernas sobre ordem espontânea (p. 208–211). No capítulo X, discute-se sua crítica ao argumento do desígnio divino nos Diálogos sobre a Religião Natural (1779), onde, pelo personagem Filo, seculariza a noção de ordem, atribuindo-a a processos naturais não intencionais, e não a um plano transcendente (p. 226–227). Hume argumenta que a religião surge da ignorância e do medo, e que a imaginação humana constrói ordens sociais sem desígnio prévio, alinhando-se a pensadores como Ferguson e Smith (p. 230–233). Em síntese, Hume consolida-se como figura central do Iluminismo crítico, ancorando a filosofia na experiência concreta e desconstruindo dogmas metafísicos, teológicos e políticos. Sua análise da imaginação como força criadora de instituições e sua visão da ordem como processo não intencional influenciaram pensadores como Wittgenstein e Quine, mantendo relevância em debates contemporâneos sobre racionalidade, secularismo e dinâmicas sociais.

Assim, a Parte II evidencia como o ceticismo moderno amplia o debate filosófico, incorporando questões sobre crenças, política, moralidade e imaginação, promovendo uma reflexão crítica sobre a condição humana e as instituições sociais.

A Parte III, *Incertezas Contemporâneas*, abrange os capítulos XI ao XV e investiga a influência do ceticismo no pensamento filosófico atual, explorando suas manifestações em contextos históricos, filosóficos e culturais diversos.

O capítulo XI, *O Silêncio e sua representação*, analisa a complexidade do silêncio no contexto do Holocausto, particularmente em Auschwitz, abordando suas dimensões filosóficas, existenciais e estéticas. O silêncio é interpretado como expressão máxima do aniquilamento, onde a morte suprime as vozes humanas, tornando-se um operador definitivo da desumanização (p. 237–238). O *homo láger*, termo cunhado por Paul Steinberg, representa o prisioneiro cuja humanidade é destruída, cujo silêncio regride ao grito primordial, manifestando a incomunicabilidade da dor e a falência da linguagem ordinária (p. 238). Apoiando-se em Kenneth Burke e Górgias, o autor argumenta que a dor, como única verdade inexprimível, evidencia a supressão da capacidade simbólica e a dissolução do sujeito (p. 238–239). A obra de Primo Levi, especialmente sua noção de “chegar ao fundo”, ilustra a transformação do *homo sapiens* em *homo láger*, onde a linguagem perde sentido, exemplificada pela resposta de um guarda: “aqui não existe por quê” (p. 243–245). Levi adota uma estética fragmentária, usando metonímias para sugerir o horror sem o explicar, interpelando o leitor a um engajamento moral (p. 246–249). O dilema do espectador incólume é discutido por meio de Hans Blumenberg e Montaigne, propondo que metáforas como o naufrágio dissolvam a indiferença, exigindo participação ética (p. 249–251).

O capítulo XII, *Ceticismo e Forma de Vida: sobre algumas afinidades entre Wittgenstein e o ceticismo pirrônico*, explora convergências entre Ludwig Wittgenstein e o ceticismo pirrônico, focando no conceito de *Lebensform* (forma de vida). Enquanto o ceticismo pirrônico, conforme Sexto Empírico, propõe a suspensão do juízo (*epoché*) diante da equipolência (*isosthenéia*) de argumentos rivais (p. 254), Wittgenstein articula a *Lebensform* como fundamento dos jogos de linguagem e práticas humanas (p. 255–257). Ambos os pensadores compartilham a ênfase na descrição (em oposição à explicação causal), na história natural da humanidade e nas implicações culturais da forma de vida. A noção de *bedrock* (fundamento) em Wittgenstein ecoa a postura cética de evitar afirmações essencialistas, integrando dimensões biológicas, culturais e linguísticas (p. 262–268).

O capítulo XIII, *Conflito das filosofias, vontade de incredulidade, decidibilidade*, analisa o “conflito das filosofias”, tema central em Oswaldo Porchat Pereira, partindo de sua Aula

Inaugural (1968), que descreve a história da filosofia como marcada por sistemas incompatíveis reivindicando verdades últimas (p. 276). O conflito é apresentado como condição primária da filosofia, distanciando-se de tradições dogmáticas (p. 279). A indecidibilidade filosófica é explorada, sugerindo que a busca por decisão perde sentido em uma filosofia não dogmática (p. 278). A representação pictórica do conflito em *A Escola de Atenas* de Rafael simboliza a divergência entre Platão e Aristóteles (p. 280). A “vontade de incredulidade” é comparada à suspensão do juízo pirrônica, destacando os efeitos práticos dos enunciados filosóficos na vida comum (p. 281–283). O décimo tropo de Enesidemo, sobre diversidade cultural, reforça a necessidade de abandonar expectativas de decidibilidade e focar nos impactos práticos dos sistemas filosóficos (p. 288, 294).

O capítulo XIV, *Filosofia, democracia, abstração, formas de vida*, explora a relação entre filosofia e democracia, argumentando que regimes despóticos rejeitam a filosofia por sua natureza conflituosa e plural (p. 296). O conceito de “comum”, resultante da abstração, é apresentado como base para a igualdade política democrática (p. 299–300). A filosofia contribui para a reflexividade crítica e a formação de uma “reserva de abstração” que enriquece a cultura democrática (p. 302). Conclui-se que uma política filosófica consistente deve promover o pensamento crítico, sustentando a relação simbiótica entre democracia e filosofia (p. 303).

No capítulo XV, *Filosofia política: para quê?*, o autor examina a relação entre a política como campo de conhecimento e a política como prática humana. A Política, enquanto disciplina, mantém uma identidade nominal com seu objeto de estudo, diferenciando-se de outras ciências sociais como a Antropologia e a Sociologia (p. 304). O autor argumenta que a Política inclui uma dimensão normativa, com especialistas frequentemente defendendo sistemas específicos, o que não ocorre em outras disciplinas (p. 305). A origem histórica da Política, remontando aos gregos antigos, é crucial para entender sua natureza normativa e sua relação com a deliberação coletiva sobre questões de interesse público (p. 307). A filosofia política é caracterizada pela capacidade de imaginar mundos possíveis, orientando a ação política e permitindo compreender a realidade existente (p. 308). O capítulo reforça a importância da filosofia política como um campo que combina realismo e imaginação, contribuindo para a reflexão sobre a vida política e a ação humana.

A Parte III, ao explorar as *Incertezas Contemporâneas*, consolida o ceticismo não como uma postura de resignação, mas como uma força ética e epistemológica capaz de iluminar as contradições e fragilidades do mundo moderno. Por meio de análises que transitam do silêncio traumático dos campos de extermínio até os paradoxos das formas de vida e dos conflitos filosóficos, Renato Lessa demonstra que o ceticismo opera como um antídoto contra a rigidez das certezas, convidando-nos a habitar a ambiguidade como espaço de reflexão crítica.

Em síntese, Lessa propõe que o ceticismo contemporâneo não se contenta em questionar verdades estabelecidas; ele exige que confrontemos as estruturas de poder embutidas nas narrativas dominantes, sejam históricas, linguísticas ou políticas. Ao vincular a fragilidade humana à necessidade de humildade intelectual, a obra sugere que a aceitação da incerteza não paralisa, mas liberta: é na ausência de respostas definitivas que se abre espaço para o diálogo, a memória crítica e a reinvenção contínua das formas de coexistência. Assim, o ceticismo emerge não como um fim, mas como um *movimento* — uma prática vital que nos capacita a enfrentar o caos do presente sem renunciar à esperança na transformação ética e coletiva.

Em suma, *Ceticismo em Movimento* é uma obra que combina profundidade filosófica e clareza, posicionando o ceticismo não apenas como crítica às certezas dogmáticas, mas como prática vital para a reflexão contínua e a convivência democrática. Conforme o autor menciona no pós-escrito, a "figuração do invisível" é criticada como erro formal, por explicar o fenomênico por abstrações não evidentes, criando linguagens esotéricas distantes da experiência comum. O ceticismo propõe, em contraste, uma abordagem mostrativa, ancorada nas aparências (*phainomenon*), recusando dogmatizações sobre o transcendente (p. 314). Central à análise é a noção de espanto: distingue-se o espanto aristotélico — admiração pelo extraordinário, que impulsiona especulações cósmicas — do espanto cético (de segunda ordem), que emerge da crítica às contradições entre discursos dogmáticos, levando à suspensão do juízo (*epoché*) e ao reconhecimento da equivalência (*isosthenéia*) entre pretensões rivais de verdade (p. 317-324). Essa equipolência atua como terapia contra a presunção dogmática, cujas certezas autovalidadas se assemelham ao mito de Münchhausen — figura que ilustra a capa da obra —, revelando a circularidade da autojustificação (p. 311-312).

O argumento ético do décimo tropo de Enesidemo amplia a crítica ao abordar a diversidade das formas de vida: a negação da equivalência entre culturas legitima a guerra como negação da alteridade, exemplificada no massacre de Mycalessus e na advertência de Primo Levi sobre lógicas exterminadoras (p. 332-333). O cético assume, assim, um papel filantrópico, mitigando a arrogância dogmática para preservar o comum — espaço de coexistência plural sem supremacia (p. 326-327). O ceticismo é definido como atitude que recusa figurar o invisível, mas figura o comum, enfatizando a sabedoria na aceitação da incerteza e na escuta humilde do mundo fenomênico (p. 314-315).

Recomendada a estudantes e profissionais das humanidades, a obra oferece uma análise sólida das bases filosóficas do ceticismo e suas implicações éticas e existenciais, destacando sua relevância para questões contemporâneas. A escrita envolvente de Lessa convida à reconsideração do papel do ceticismo na filosofia e na sociedade, tornando-a leitura essencial para interessados no tema.

REFERÊNCIAS

LESSA, R. *Ceticismo em Movimento*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2024.

STAROBINSKI, J. *Montaigne em Movimento*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Título original: *Montaigne en Mouvement*.

ⁱ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
E-mail: carolinavelozo@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6106-5076>

Recebido em 20/01/2025

Aceito em 06/02/2025



Eutomia, direitos autorais de Anna Carolina Velozo Nader Temporão, 2025, licenciado sob [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).